

A crise ambiental e a centralidade da mídia na modernidade: o jornalismo como promotor da reflexividade

Carine Massierer ¹ e Reges Toni Schwaab ²

Resumo: Diante da crise ambiental mundial torna-se relevante pensar como esta temática é apreendida pelo campo do jornalismo tendo em vista que vários autores argumentam, de maneira amálgama, que a mídia ocupa papel central no contexto do mundo pós-industrial, no que alguns convencionam chamar de era da informação. A partir dos conceitos do sociólogo Anthony Giddens, propomos pensar teoricamente o jornalismo guiado para uma concepção que permita compreender o todo sem isolar as partes, que tenha uma abordagem qualificada e que possa interagir na promoção da reflexividade e do debate social sobre meio ambiente, produzindo conhecimento.

Palavras-chave: Jornalismo, meio ambiente e reflexividade

Introdução:

Este artigo busca analisar algumas características constitutivas do jornalismo utilizando a concepção elaborada pelo sociólogo inglês Anthony Giddens, de que vivemos uma época de “modernização reflexiva”, num cenário de centralidade da mídia nos processos políticos contemporâneos.

Giddens, em “As conseqüências da Modernidade”, assim como fizeram outros autores (como Castells, 1999a), dá atenção especial ao papel da informação na sociedade, entendida aqui, como produto de um sistema, chamado de perito e que, pela sua organização, é detentor de credibilidade no cenário social. Esta se deve às especificidades do sistema baseado, tanto na confiança, por exemplo, em um diagnóstico médico, como na veracidade da informação jornalística, veiculada nos meios de comunicação. É a informação que promove a reflexividade.

¹ Jornalista, Especialista em Marketing pelo PPGA da UFRGS e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação – PPGCOM/UFRGS.

² Jornalista, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação – PPGCOM/UFRGS.

Partindo então da idéia de que o jornalismo tornou-se estruturante e intermediador das relações nas sociedades modernas - por meio de uma representação do espaço público e, desta forma, indispensável aos cidadãos para acesso à informação ambiental – é que propomos a adoção do entendimento de Giddens sobre os sistemas que operam na sociedade, dentre eles, o jornalismo como promotor da reflexividade. Aqui, pensamos o jornalismo como um sistema perito - sendo este um sistema de excelência técnica ou competência profissional que organiza grandes áreas dos ambientes material e social – em que:

a informação jornalística transmitida através da notícia pelos meios de comunicação, tem fundamental influência em todas as instituições e nas pessoas de sociedades com ordens econômicas distintas. A natureza e as características do sistema de comunicação e do ambiente onde são geradas as notícias, têm um papel preponderante no outro lado do processo, qual seja, no público, que irá consumi-las e interpretá-las (SILVEIRA, 1996, p.141).

Assim, o poder do jornalismo não está somente na interpretação dos fatos e de idéias, ou seja, na representação da realidade, pois, como afirma Pierre Bourdieu, não podemos reduzir as relações de força a relações de comunicação e também não basta notar que as relações de comunicação são sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes ou pelas instituições envolvidas nessas relações e que podem permitir acumular bem simbólico.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os <<sistemas simbólicos>> cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço de sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a <<domesticação dos dominados>> (BOURDIEU, 1989, p.11).

Segundo Bourdieu (1997, p. 102) o campo do jornalismo impõe sobre os diferentes campos de produção cultural “um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e sua

eficácia, à sua estrutura própria, isto é, à distribuição dos diferentes jornais e jornalistas segundo sua autonomia com relação às forças externas, as do mercado dos leitores e as do mercado dos anunciantes”.

A noção de campo do jornalismo, adotada por Bourdieu, na qual este está em interação permanente com os demais campos, na disputa de um poder simbólico que se sustenta por meio de uma estrutura e das relações estabelecidas na sociedade, se assemelha à noção de Giddens, uma vez que podemos avaliar o jornalismo como mais um sistema entre os sistemas peritos da sociedade, tendo ele, no entanto, uma função de mediação e de reflexividade perante e sobre os demais.

Para Wilson Gomes (2004, p.69) o jornalismo é uma atividade, um campo e uma competência. “Como campo, estabelece a natureza do trabalho jornalístico, determina o seu capital principal, configura os seus interesses fundamentais e distribui, em função disso, prestígio e distinção”.

Enquanto campo, o jornalismo, segundo Giddens, apresenta uma especificidade que é a de promover a reflexividade, oferecendo modelos de percepção da realidade social, política e democrática, que atuam na forma como esta percepção é reinterpretada pelo público receptor. Desta forma, as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, modificando constitutivamente seu caráter.

Em todas as culturas as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas que se passam a informá-las. Mas somente na era da modernidade a revisão da convenção é radicalizada para se aplicar (em princípio) a todos os aspectos da vida humana, inclusive à intervenção tecnológica no mundo material (GIDDENS, 1991, p.45).

Para o sociólogo há um sentido fundamental no qual a reflexividade é uma característica definidora de toda a ação humana. Todos os seres humanos rotineiramente

“se mantém em contato” com as bases do que fazem como parte integrante do fazer. Esse movimento é denominado por ele de “monitoração reflexiva da ação” (GIDDENS, 1991, p.44). Com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente. Ela é introduzida na própria base do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si (idem, p.45). É importante destacar que, para Giddens, a natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo de confiança³ em sistemas abstratos, especialmente confiança em sistemas peritos.

A análise proposta neste artigo também considera o reconhecimento das ambigüidades e contradições da época em que vivemos, dentro da chamada cultura global, isso porque, é levando em conta a forma como ela opera que podemos analisar como o campo do jornalismo pode contribuir para promover a reflexividade diante da crise ambiental em que vivemos.

Meio ambiente na modernidade

Analisar a questão ambiental requer levar em consideração a transformação do espaço público, acompanhada da crise do Estado-nação, a fragmentação dos públicos, a aparição de novos movimentos sociais e políticos, o poder instituído pelas indústrias de comunicação e sua vinculação com os poderes de capital e ainda as modificações econômicas, sociais, políticas e culturais. Isso porque a crise ambiental está diretamente ligada a inflação elevada, ao desemprego, a crise na assistência à saúde, a poluição e a desastres ambientais.

³ A confiança, em suma, é uma forma de “fé” na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva. (GIDDENS, 1991, p.35)

Este contexto de desigualdades se deve ao fato de que a humanidade ainda aplica, na atualidade, conceitos de uma visão social obsoleta, a visão cartesiana, a qual não serve mais para o “mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interligados” (CAPRA, 1982, p.14). Até hoje a visão mecanicista não foi suplantada totalmente, pois, “admite-se que grande parte dos problemas ambientais são produzidos pela visão que os homens lançaram sobre a natureza, ou seja, são decorrentes da forma como a percepção do meio foi estabelecida historicamente” (LAUXEN, 2002, p.25).

A separação homem-natureza e a objetificação dos elementos naturais, vistos como recursos a serem explorados, ainda é presente na sociedade, apesar das mais variadas correntes do pensamento ecológico terem surgido nas últimas décadas. Paralelo à ecologização permanece o processo de destruição em função do advento de novas maneiras de se explorar a natureza, dentro das dimensões institucionais da modernidade que são o *capitalismo*, com a acumulação de capital no contexto de trabalho e mercados de produtos competitivos; a *vigilância*, no controle da informação e supervisão social; o *poder militar*, com controle dos meios de violência no contexto da industrialização da guerra; e o *industrialismo*⁴, gerador de transformações da natureza e desenvolvimento do ambiente criado.

Mesmo nos estados que permanecem primordialmente agrícolas, a tecnologia moderna é freqüentemente aplicada de modo a alterar substancialmente as relações preexistentes entre a organização social humana e o meio ambiente. Isto vale, por exemplo, para o uso de fertilizantes ou outros métodos de lavoura artificial, para a introdução de moderna maquinaria agrícola, etc. A difusão do industrialismo criou “um mundo” num sentido mais negativo e ameaçador do que o que foi mencionado – um mundo no qual há mudanças ecológicas reais ou potenciais de um tipo daninho que afeta a todos no planeta. (GIDDENS, 1991, p.81)

⁴ O impacto do industrialismo é claramente não limitado à esfera de produção, mas afeta muitos aspectos da vida cotidiana, bem como influencia o caráter genérico da interação humana com o meio ambiente material. (GIDDENS, 1991, p.81)

As ameaças e os perigos emanados da *natureza*, como a prevalência de doenças infecciosas, insegurança climática, inundações ou outros desastres, eram muito presentes nas culturas pré-modernas. No entanto, estes perigos que enfrentamos não derivam diretamente da natureza, mas do desequilíbrio ambiental resultante da ação do homem nisso, porque, segundo Giddens, nossas relações com o mundo físico são radicalmente diferentes das épocas anteriores – especialmente nos setores industrializados do globo, mas em certo grau em toda parte. À primeira vista, os perigos ecológicos atuais podem parecer semelhantes às vicissitudes da natureza encontradas na era pré-moderna. “O contraste, contudo, é nítido. Ameaças ecológicas são o resultado de conhecimento socialmente organizado, mediado pelo impacto do industrialismo sobre o meio ambiente material”. (GIDDENS, 1991, p.112)

É central para a modernidade que os riscos podem ser em princípio avaliados em termos de conhecimento generalizável sobre perigos potenciais. “Há confiança em sistemas abstratos que é uma condição do distanciamento tempo-espço e das grandes áreas de segurança na vida cotidiana que as instituições modernas oferecem em comparação com o mundo tradicional” (GIDDENS, 1991, p.116). Na condição moderna, os riscos são no sentido de intensidade: por exemplo, uma guerra nuclear pode ameaçar a sobrevivência da humanidade. Vemos também o risco derivado do ambiente criado ou natureza socializada: a infusão do conhecimento humano no meio ambiente. Temos ainda a consciência bem distribuída do risco: muitos dos perigos que enfrentamos coletivamente são conhecidos pelo grande público.

E os movimentos sociais inseridos na luta ecológica tentam alertar sobre essa lógica, como relata Castells (1999b), constituindo-se em uma tentativa de corrigir “formas

destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante” (CASTELLS, 1999b, p.144). O autor acredita no caráter revolucionário do movimento e na função de promotor do debate com a opinião pública para reorientação das instituições e políticas ao encontro da perspectiva ambiental.

Apesar de algumas peculiaridades, a visão que guia o movimento ambientalista é a cosmovisão contemporânea, fundamentada no pensamento das redes de relações vivas, na qual a *Terra* não é um planeta com elementos separados, mas um sistema, no qual interagem dinamicamente organismos vivos e não vivos. Esta visão apresenta-se na contramão do cartesianismo, propondo a fuga de moldes obsoletos e remetendo à cidadania e a solidariedade.

No entanto, é importante destacar o paradoxo promovido pelo industrialismo: de um lado, a exploração danosa do meio ambiente e, de outro, a transformação das tecnologias, as constantes inovações, que são perceptíveis também na comunicação, com a ampliação do número de canais de televisões e de jornais, das transmissões via satélite e digital e o advento da internet, possibilitando à sociedade o acesso à informação em todas as partes do planeta, o que antes não era possível através do jornalismo.

A comunicação fundamenta-se como um processo social articulado a partir das relações entre as organizações da sociedade (formais, oficiais, civis), a sociedade em si (população) e os canais que permitem a difusão das informações à coletividade. Além disso, a comunicação passa a coordenar múltiplos emissores de informação e opinião, receptores e interesses diversos, que interferem e interagem na ação jornalística, em razão do jornalismo ser também fruto dos processos culturais.

Mas apesar do jornalismo promover a ampliação dos espaços de informação sobre meio ambiente, o acesso ao público não está garantido e esta é uma das grandes entraves, uma vez que, como ressalta Medina (1999, p.17):

[...] a informação, aquisição de conhecimento e a integração de esforços são condições “sine qua non” para avançar na construção de uma sociedade sustentável, democrática, participativa e socialmente justa, capaz de exercer efetivamente a solidariedade com as gerações presentes e futuras e, onde a educação passa a adquirir novos significados que contribuem para a efetivação deste processo. “Essa é uma exigência indispensável para a compreensão do binômio “local-global “ e para a preservação e conservação dos recursos naturais e socioculturais, patrimônios da humanidade.

Neste ponto reside, portanto, a co-responsabilidade da mídia e do jornalismo na abordagem qualificada do tema ambiental, já que o público deposita no jornalismo credibilidade enquanto um sistema perito. O jornalismo, como afirma Miguel (1999), é um foro informal e cotidiano de legitimação ou deslegitimação dos diversos sistemas peritos da sociedade, nos quais incluiríamos o ambientalismo e as correntes contemporâneas do pensamento ecológico. O autor propõe ainda o contato cotidiano com o jornalismo para ajudar “a confirmar ou desmentir as crenças estabelecidas na fiabilidade dos diversos sistemas peritos” (MIGUEL, 1999, p.202), uma vez que o público não conta apenas com a sua experiência pessoal, mas também com aquilo que lhe é relatado.

Jornalismo, sociedade e reflexividade

Por mais que se aponte para um cenário de reflexividade como papel do jornalismo, é fundamental entender em que situação hoje se produz informação, uma vez que o jornalismo está inserido no pacote midiático a que temos acesso, seja em grandes

corporações ou em empresas de médio e pequeno porte. O mundo é midiaticizado e, portanto, as pessoas estão “abertas à circulação das formas simbólicas mediadas pelos meios de comunicação, de massa” (GUARESCHI, 2001, p.37). Para Sodré (2004), trata-se de um contexto de domínio da produção simbólica, que tem efeitos importantes no campo social, uma vez que, a linguagem é produtora da realidade. A mídia, como conjunto dos meios de comunicação hegemônicos, se vale fortemente da ideologia globalista⁵, a qual não compactua com a causa ambiental. Podemos concluir então que:

Quando um grupo hegemônico obtém da sociedade a aceitação de uma ideologia, está obtendo aval semântico para uma pletera de pontos de vista, visões de mundo, articulações de senso comum e representações sociais guiadas por um sentido determinado, que pretende comum a todos, universal, verdadeira. Própria do mecanismo ideológico é a troca da parte pelo todo, isto é, da parcialidade de sentido (já que é apenas a unidade consensual de um grupo específico) por uma totalidade ou universalidade ilusória. (SODRÉ, 2004, p.22)

Conforme Moraes (2004, p.187), as corporações de mídia tem tido papel estratégico na tarefa de “agentes operacionais” da globalização, no que ele chama de enunciação discursiva. Legitimam o discurso social dominante, propagando visões de mundo e modos de vida e “transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas”. Esta afirmação já nos dá elementos para supor como a questão ambiental vem sendo tratada nos últimos anos pelos meios de comunicação, uma vez que o domínio da produção simbólica tem efeitos na visão sobre meio ambiente compartilhada pelas pessoas.

Chaparro (1994, p.87) lembra que vivemos em uma sociedade composta por organizações, que nos acolhem, educam e empregam. O fazer jornalístico, por sua vez, é igualmente fruto da atuação de uma organização, produtora de um bem simbólico:

⁵ A globalização se refere essencialmente a este processo de alongamento, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredaram através da superfície da Terra como um todo. A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. (GIDDENS, 1991, p.69)

[...] o jornalista, como todos os produtores da indústria cultural, é um trabalhador, cuja produção específica o qualifica como um intelectual, pois a mercadoria que produz são idéias, valores, imagens e sons que explicam o mundo, lhe dão sentido e substrato para sonhá-lo (BERGER, 1998, p.33).

Assim como Berger e Chaparro, Traquina (2004) também acredita que o trabalho jornalístico, analisado sob o enfoque da Teoria Organizacional, “é influenciado pelos meios de que a organização dispõe” (p.158), apontando a influência dos aspectos econômicos na atividade jornalística, sabido que, como argumenta Morin (2002), a economia está fechada em si mesma e de costas para aspectos sociais, culturais e ecológicos.

Todas as questões levantadas até aqui podem ser apontadas como limites para a abordagem da questão ambiental no jornalismo. Entretanto, Beltrão (1992), define como essência do jornalismo uma atuação sintonizada com os interesses da coletividade, com a mídia a partir do público, para o público e pelo público.

Girardi (2001), argumenta que em vários momentos a imprensa foi aliada do movimento ecológico, apresentando temas e conceitos “até então restritos aos domínios das instituições de pesquisa ou dos cientistas” (p.59). Neste exemplo inserem-se as noções sobre agrotóxicos, destruição da camada de ozônio, falta de saneamento e as implicações na saúde. Mas o “verdejar” da pauta jornalística requer mais avanços, principalmente na igualdade de acesso à informação, como avalia Morin:

É o problema universal de todo o cidadão do novo milênio: como ter acesso às informações sobre o mundo e como ter a possibilidade de articulá-las e organizá-las? Como perceber e conceber o Contexto, o Global (a relação todo/partes), o Multidimensional, o Complexo? Para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer os problemas do mundo, é necessária a reforma do pensamento (MORIN, 2002 p.35).

Afirmamos com Giddens, que a informação assume papel central e, como produto do jornalismo, promove a reflexividade. Genro Filho alerta que o jornalismo não é um mero

“reflexo empírico e necessariamente acrítico, cuja função é somente integrar os indivíduos no ‘*status quo*’, situá-lo e adaptá-lo na organicidade social vigente” (GENRO FILHO, 1987, p. 56). Uma crítica à atuação operacional e manipulatória que o jornalismo pode ter, se as organizações assim o quiserem.

Esta visão do papel do jornalismo no processo de cognição social também é adotada por Meditsch (1997), ao afirmar que o jornalismo produz conhecimento, devendo estar aberto aos diversos tipos de saber que circulam socialmente. No entanto, o pedagogo Paulo Freire, alerta que o conhecimento não pode ser meramente transmitido, uma vez que o saber deve ser algo a ser re-conhecido e re-criado. O autor argumenta ainda que as “concepções fixas e os paradigmas estanques são alguns destes obstáculos que temos que superar”(p.03). Pensamos também num conhecimento a partir de outra ótica que não a positivista, na qual seja possível o jornalismo cumprir sua função de reflexividade e de produção de conhecimento, lembrando que:

a ciência vai renunciando à tendência de interpretar o todo da realidade a partir das suas partes, de se fixar nos parâmetros de saberes institucionalizados. Há um movimento que questiona antigos conceitos e busca, através da reflexão crítica, uma ampliação dos horizontes (VIEIRA, 1998, p.14).

Meditsch resgata a importância do senso comum como perspectiva para o jornalismo. Na medida que as Ciências Humanas avançaram, afirma ele, este conhecimento antes negado pela racionalidade científica, passa a ter novamente valor ao contribuir para desvendar as relações sociais, sendo muitas vezes objeto principal das teorias do conhecimento.

Essa capacidade para a reflexão – de fato, sua fundamental importância – tem sido notada com frequência suficiente por aqueles que procuram definir as características da modernidade e da pós-modernidade, mas suas próprias reflexões tendem a ver a virada reflexiva mais ou menos exclusivamente nos

textos de especialistas da filosofia ou da ciência social. Quero reivindicá-la também para o senso comum e, de tempos em tempos, até mesmo, ou talvez especialmente, para a mídia. A mídia é essencial a esse projeto reflexivo... (SILVERSTONE, 1999, p.22)

Diante do tema meio ambiente, percebemos a necessidade de atuação de um jornalista sujeito, construtor de uma pauta que leve em conta a discussão de questões básicas para a continuidade da vida no planeta. Na perspectiva das Ciências Sociais, estamos diante do desafio de fazer um jornalismo dialógico e embasado. Um jornalismo reflexivo, capaz de atuar em favor da vida, de ver as relações existentes, seja via pensamento complexo, seja pelo viés do pensamento sistêmico⁶, que são correntes até de inspiração biológica, mas comprovadamente ampliadoras da visão humana sobre o planeta e os fenômenos. Tais paradigmas também podem hibridizar o fazer jornalístico, abrindo horizontes para a forma de abordagem do que acontece à nossa volta.

As possibilidades emergentes

O modo emergente de ver o mundo, baseado nos paradigmas contemporâneos tanto ecológicos como de comunicação dão um caráter sistêmico ao jornalismo. Trata-se de uma visão que acaba por modificar inclusive o lugar deste sujeito jornalista, já que o resultado do seu trabalho tem uma função não apenas informativa: ele produz conhecimento e gera reflexividade.

O jornalista, quando mediador/cultural, não reivindica a objetividade, pois, por reconhecer-se sujeito da história, sabe que ao olhar o mundo, o faz desde um

⁶ [...] os jornalistas deverão mudar, e seu modo de pensar, fragmentário, deverá tornar-se holístico, desenvolvendo uma nova ética profissional baseada na consciência social e ecológica. Em vez de se concentrar em apresentações sensacionalistas de acontecimentos aberrantes, violentos e destrutivos, repórteres e editores terão de analisar os padrões sociais e culturais complexos que formam o contexto desses acontecimentos, assim como noticiar as atividades pacíficas, construtivas e integrativas que ocorrem em nossa cultura (CAPRA, 1982, p.400).

lugar social e que ao descrevê-lo o produz na mesma dimensão de uma ação social – de referendamentou ou transformação. Além do mais, ao mediar o mundo a seu leitor, o jornalista o conclama a elevar-se, também, à condição de sujeito leitor (BERGER, 1998, p. 33).

Um novo olhar sobre o fazer jornalístico permite a atuação de forma abertamente crítica. Este processo de mediação é o que mantém, conforme Chaparro (1994, p.23) a viabilidade do direito à informação, dentro de um princípio ético universal, sendo o jornalista um profissional consciente da responsabilidade social.

Considerando que o jornalismo deve ser a mais ampla síntese de tudo que interessa ou reclama o organismo social, abrangendo por isso todos os setores da vida e do universo há quem considere que as publicações e divulgações de caráter profissional, artístico, literário, científico ou esportivo não são senão ‘fragmentos’ do jornalismo. O verdadeiro jornalismo seria exclusivamente o que abrangesse os mais diversos e amplos setores, atendendo desse modo à demanda total do público (BELTRÃO, 1992, p.78).

Para que a visão ambiental se incorpore ao jornalismo, é necessário não se limitar à factualidade ou em aspectos específicos. Deve-se, sim, apontar um sentido ou significado mais amplo, oferecendo elementos para a compreensão do acontecimento ou tema para além do vender informação. Sendo assim, entendemos que o assunto meio ambiente não deve ganhar espaço esporadicamente, nem estar presente apenas em função de acontecimentos normais ou “gerados” pelos atores sociais. Apontamos, sim, para a tarefa da mídia de colocar a reflexão ambiental como ponto fundamental da rotina jornalística, para que possamos contribuir para a solidificação de um “jornalismo produzido e pensado conscientemente, para oferecer um mínimo de cognoscibilidade ao mundo contemporâneo” (GENTILLI, 2005, p.12), um jornalismo que ofereça a informação qualificada que é de direito do cidadão receber.

Lima (2004) reflete que várias áreas científicas mudaram sua forma de abordagem e cabe ao jornalismo também fazer esta mudança. Para ele, há uma certa lacuna

[...] entre a imprensa brasileira, na sua forma convencional de cobertura da contemporaneidade, e as célebres transformações que ocorrem no mundo. O instrumento de que tem se valido o jornalismo convencional, para a abordagem do real em profundidade, está aquém do possível, se considerarmos os métodos de captação já existentes noutras áreas do conhecimento, se levarmos em conta a ótica sob a qual tem nascido a pauta da imprensa (LIMA, 2004, p. 318-319).

Ainda segundo o autor, para ler o mundo, o jornalismo emprega toda uma bateria de recursos, que traz ao receptor uma compreensão do homem e seu tempo. Esta tarefa pode resultar primeiro numa

[...] viagem epidérmica pela realidade, da qual provém pouca retenção, um estado de equilíbrio insignificante para uma real compreensão da contemporaneidade; o segundo seria uma visão ácida, crítica, que conduz o leitor a uma espécie de beco sem saída, marcadamente pessimista; o outro seria crítico, mas, ao contrário do anterior, encontraria pistas que podem sugerir possibilidades de um reordenamento construtivo (LIMA, 2004, p. 320)

A mídia, e particularmente o jornalismo, de acordo com Motta (2001), recriam o real estruturando-o através da disseminação de significados. Significados que podem ser conscientes ou podem estar além dos sentidos imediatos do texto. A hipótese aqui é a de que o jornalismo, muito além do que pretendem os defensores da objetividade da linguagem jornalística, é estruturador do real.

Uma vez que o conhecimento sobre a vida social deve ser disseminado para que exerça seus efeitos, a imprensa surge como a principal *operadora de reflexividade* das sociedades contemporâneas. Os resultados de pesquisas sociológicas... só entram no circuito de reflexividade, isto é, passam a alimentar a consciência dos agentes depois de processados (ou diluídos) através do jornalismo... É claro que podem existir caminhos alternativos, como a publicação de livros de divulgação... porém, a inclusão na pauta dos meios de comunicação representa o diferencial entre o conhecimento científico restrito e massificado” (MIGUEL, 1999, p.204).

Com as matérias sobre meio ambiente acontece o mesmo que no jornalismo científico, uma vez que pensar o jornalismo especializado requer concebê-lo como um sistema perito, dentro da complexidade que a abordagem requer, como aponta Bacchetta:

Se considerarmos o meio ambiente como o conjunto de sistemas naturais e sociais habitados pelo ser humano e pelos demais seres vivos existentes no planeta e dos quais obtém seu sustento, o jornalismo ambiental é um dos gêneros mais amplos e complexos do jornalismo. (BACCHETTA, 2000, p.18). [tradução nossa]⁷

Estabelecer as conexões que expliquem o caminho para a sustentabilidade é fazer compreender a teia da vida. O jornalismo pode ter seu viés ambiental, sendo agregador de conhecimentos, complexo na essência, responsável na elaboração e didático na recepção. Não se sustenta apenas como um sistema perito, fragmentado ou cartesiano. As matérias precisam ser integradoras e compreensíveis, pois abrangem sempre um público heterogêneo, mesmo em espaços especializados. Numa visão global, estes poderiam ser pressupostos da ação jornalística na sociedade e parece não haver outro caminho uma vez que a comunicação tem, em sua definição, um caráter social.

O olhar *holístico* (do grego *holos*) remete à totalidade, chamando-nos a olhar a realidade articulando as partes no todo, no qual tudo é um processo dinâmico e único, e onde o meio ambiente se torna um dos fatores preponderantes para se pensar na sustentabilidade da humanidade. O jornalismo passa também a ter papel fundamental contribuindo para a reflexividade.

⁷ Si considerarmos al medio ambiente como el conjunto de sistemas naturales y sociales habitados por el humano y los demás seres vivos existentes em el planeta y de los cuales obtienen su sustento, el periodismo ambiental es uno de los gêneros más amplos y complejos del periodismo (BACCHETTA, 2000, p.18).

Considerações finais

A noção de reflexividade é central na interpretação que Giddens (1991) faz da vida contemporânea, lembrando que reflexividade significa a produção de conhecimento sistemático sobre a vida social. Na modernidade, defende ele, estamos lidando com um alto grau de reflexividade, a ponto de ela ser aplicada a todos os aspectos da vida humana. Neste contexto, o jornalismo tornou-se estruturante e intermediador das relações nas sociedades modernas.

Como vimos, há características do sistema perito jornalismo, tais como sua realização por organizações econômicas e as rotinas produtivas deste campo, que influenciam a reflexividade, por meio do repasse de informações, essenciais enquanto intermediadoras das relações sociais. Neste ponto, concordamos com Miguel (1999), quando este, ao fazer uma leitura de Giddens, afirma que a reflexividade encerra, sem dúvida, a promessa de mais autoconsciência e controle sobre nossas vidas. O problema é saber que alguém controla os meios deste autocontrole, já que, na perspectiva de Giddens, reflexividade significa maior autoconsciência. Ou seja, o indivíduo se apropria de saberes veiculados pelo jornalismo e modifica sua forma de agir.

O jornalismo pode assumir, assim, um papel central nos processos políticos e sociais, lançando mão da sua capacidade de ordenamento da informação ao contribuir para que os receptores percebam a crise ambiental multifacetada e desdobrada em várias crises econômicas e humanas. Também pode atuar com vistas a um desenvolvimento da sociedade no caminho do respeito à natureza e não da sua exploração e intervenção sem questionamentos maiores como pedem ambientalistas.

Assim, quanto maior a reflexividade, sendo ela livre e democrática sobre a vida social, maiores os resultados positivos nas práticas culturais dos sujeitos, por isso a preocupação da pesquisa em analisar e ressaltar a centralidade do jornalismo (ou da mídia num sentido amplo) nas sociedades modernas também como processo emancipatório e cidadão.

Porém, parece que esta ecologização da imprensa precisa estar associada a uma ecologização da sociedade, uma vez que, como *sistema perito*, o jornalismo se constitui, questiona e impulsiona a reflexão ao falar dos demais sistemas peritos que compõe a sociedade, como por exemplo, os sistemas político e científico. Ou que então, pelo menos, os paradigmas do jornalismo comecem a mudar para, via *reflexividade*, se produzir questionamentos sobre a ordem antiecológica ainda vigente nas sociedades modernas.

REFERÊNCIAS

BACCHETTA, Víctor. El periodismo ambiental. In: BACCHETTA, Vítor L. (org). **Ciudadanía Planetaria: temas y desafíos del periodismo ambiental**. Uruguai: Federación Internacional de Periodistas Ambientales / Fundación Fridrich Ebert, 2000

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. 4.ed. Revista e aumentada. São Paulo: Ática, 1990. v.2.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo**. – 2.ed – São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo; Com Arte, 1992 – Clássicos do Jornalismo Brasileiro; 50

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998

BOURDIEU, Pierre. A influência do Jornalismo. In: Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Zahar, 1997

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1989

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus Editorial, 1994

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo; Cultrix, 1982

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1. (A era da informação. Economia, sociedade e cultura)

_____. **O poder da identidade**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.2. (A era da informação. Economia, sociedade e cultura). Tradução de Klauss Brandini Gehardt

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987. P. 53-68

GENTILLI, Victor. Democracia de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991. Tradução Raul Fiker

GIRARDI, Ilza Maria Tourino. O jornalismo ambiental nos cursos de jornalismo. In: JACKS, Nilda et al. **Tendências na Comunicação**: 4. Porto Alegre: L&PM, 2001

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004

GUARESCHI, Pedrinho. **Os construtores da informação**. Petrópolis: Vozes, 2001

LAUXEN, Ademar Antônio. **Desconsiderações das questões ambientais no ensino formal de ciências**: o caso das escolas de Ibirubá. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2002. --(Coleção trabalhos acadêmico-científicos. Série dissertações de mestrado; 4

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas : o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri, SP: Manole, 2004

MEDINA, Nana Mininni. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma Forma de Conhecimento?** BOCC - Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação. In: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento-html. Acesso em 21 de agosto de 2005

MELLER, Cléria Bitencorte. **Educação Ambiental como possibilidade para superação da fragmentação do trabalho escolar**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1997. -- (Coleção trabalhos acadêmico-científicos. Dissertação de Mestrado)

MIGUEL, Luís Felipe. **O jornalismo como sistema perito**. In Tempo Social; Ver. Sociol. São Paulo: USP, 1999

MORAES, Dênis de. O capital da mídia na lógica da globalização. In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação**. Mídia, mundialização cultural e poder. 2a. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2004

MORIN, Edgar. **Sete saberes necessários à Educação do Futuro**. 5. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho

____ e Kern, Anne Brigitte. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2002. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva

PELIZZOLI, M. L. **A emergência do paradigma ecológico**: Reflexões ético-filosóficas para o século XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

SILVEIRA, Miguel Ângelo da. Comunicação Rural e sustentabilidade agrícola. In: DENKER, Ada de Freitas Maneti et. Al, orgs. **Comunicação e Meio Ambiente**. São Bernardo do Campo: Intercom, 1996. p. 139-143

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 1991.
Tradução Milton Camargo Mota

SODRÉ, Muniz. O globalismo como neobárbarie. In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação.** Mídia, mundialização cultural e poder. 2a. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2004

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2004

VIEIRA, André Scharlau. **Saber Real.** In: Tendências em Comunicação. Porto Alegre: LPM&RBS, 1998